



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade

Ofº nº 1961/SEAPI -07 Outubro 2011

Exma. Senhora
Secretária-Geral da
Assembleia da República
Conselheira Adelina Sá Carvalho

S/referência **S/comunicação de** **N/referência** **Data**

ASSUNTO: RESPOSTA À PERGUNTA N.º 506/XII/1.ª

Encarrega-me a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade de enviar cópia do ofício n.º 1765, de 06 de Outubro que, no âmbito das competências delegadas nos foi remetido pelo Gabinete do Senhor Secretário de Estado da Cultura, em resposta à pergunta supra mencionada.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Marina Resende



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Secretário de Estado da Cultura

1765 06-10 '11

Proc. 01.02.01 (PS)

Exma. Senhora
Chefe de Gabinete de Sua Excelência a
Secretária de Estado
Assuntos Parlamentares e da Igualdade
Dr.ª Marina Resende
Palácio de S. Bento
1249-068 Lisboa

ASSUNTO: Pergunta N.º 506/ XII/ 1.ª apresentada pela Deputada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Gabriela Canavilhas, relativo à "Orquestra do Norte".

Exma. Senhora,

Em resposta ao V. ofício n.º 1209/SEAPI de 8 de Setembro de 2011, encarrega-me Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura de prestar os seguintes esclarecimentos:

Compreendemos a situação laboral dos trabalhadores a recibos verdes na Orquestra do Norte – trata-se de um processo em estudo e em negociação, mas que decorre da forma como o problema foi deixado em aberto pelo governo anterior.

Estão devidamente enquadrados os problemas legais de natureza laboral das orquestras das Beiras e do Algarve, mas ainda não foi feito o mesmo em relação à do Norte.

Aqui há dois problemas distintos:

- 1) o subfinanciamento que está a afectar a Orquestra, com protocolos – assinados com as autarquias – e que estas não estão a cumprir;
- 2) a adopção de contratos individuais de trabalho com os músicos da Orquestra.

Sem resolver a questão do financiamento (para o qual o Estado contribui com 500 mil euros anuais) não é possível resolver inteiramente o problema laboral, uma vez que teria de ser o Estado a assumir totalmente os encargos desses contratos de trabalho.

Já foi ouvida a direcção da Orquestra do Norte, bem como a administração e a Comissão de Trabalhadores. São passos provavelmente lentos mas decisivos e sensatos para resolver definitivamente, em poucos meses, um problema com vários anos.

Com os melhores cumprimentos,

O CHEFE DO GABINETE

Rui Mateus Pereira